



**JULIANO HEINEN**

*Autor*

## COMENTÁRIOS À LEI ANTICORRUPÇÃO

Lei nº 12.846/2013

*Prefácio*

Diogo de Figueiredo Moreira Neto

*Área específica*

Direito Administrativo.

*Áreas afins*

Direito Público. Gestão Pública. Ciência Política

*Público-alvo*

Estudantes de direito; Advogados; Juízes; Membros da  
Advocacia Pública; Membros do Ministério Público;  
Defensores Públicos; Gestores Públicos; Candidatos a  
concurso público.

*Comentários à Lei Anticorrupção* é uma obra completa, que contempla os principais temas da matéria. O livro possui as técnicas gráficas mais modernas para uma rápida assimilação do conteúdo, com destaques em negrito para facilitar a memorização, os mais variados e recentes entendimentos e jurisprudência, dispostos em diferentes graus de profundidade. A obra contém:

- Comentários artigo por artigo;
- Revisão e atualização de acordo com as disposições do *Novo Código de Processo Civil* e do Decreto Federal nº 8.240/2015;
- A citação de mais de 300 julgados do STF, STJ e TCU;
- Esquemas que facilitam a compreensão;
- Texto objetivo e crítico, consolidando soluções à aplicação da Lei nº 12.846/2013.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000819

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):  
HEINEN, Juliano. *Comentários à Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013*. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 322p.

J468c Heinen, Juliano.  
*Comentários à Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013 / Juliano Heinen – Belo Horizonte:*  
Fórum, 2015.  
322p.  
ISBN 978-85-450-0087-7  
1. Direito Administrativo. 2. Direito Público. 3. Gestão Pública. 4. Ciência Política.  
I. Título. II. Heinen, Juliano.  
CDD: 342.06

CDU: 342.9  
CDU: 342.9

## SUMÁRIO

---

### PREFÁCIO

<b>Diogo de Figueiredo Moreira Neto</b> .....	11
---	----

INTRODUÇÃO.....	15
-----------------	----

### CAPÍTULO 1

Elementos dogmáticos e teóricos sobre o tema ....	19
1 Considerações iniciais sobre o combate à corrupção.....	19
2 Antecedentes.....	24
2.1 Antecedentes internacionais.....	27
2.2 Sistema nacional de combate à corrupção e de manutenção da moralidade administrativa.....	31
3 Natureza jurídica da Lei nº 12.846/2013.....	36
4 Constitucionalidade da Lei nº 12.846/2013.....	38

### CAPÍTULO 2

Comentários aos artigos .....	41
-------------------------------	----

<b>Artigo 1º</b> .....	41
------------------------	----

1 Objeto da <i>Lei Anticorrupção</i> .....	41
2 Sujeito ativo – aquele que pratica o ato ilícito – Artigo 1º <i>caput</i> (primeira parte) e parágrafo único.....	43
2.1 Abrangência do termo “pessoa jurídica”.....	44
2.1.1 Pessoa jurídica nacional .....	45
2.1.1.1 Pessoa jurídica nacional de direito público.....	45
2.1.1.2 Pessoa jurídica nacional de direito privado.....	50
2.1.2 Pessoa jurídica estrangeira.....	59
3 Sujeito passivo – aquele que sofre o ato ilícito – artigo 1º, <i>caput</i> (segunda parte), combinado com o artigo 5º, §§1º e 2º.....	62

<b>Artigo 2º</b> .....	68
------------------------	----

1 Regime de responsabilidade adotado pela Lei nº 12.846/2013.....	68
1.1 Elementos dogmáticos do regime de responsabilidade objetivo.....	68
1.1.1 Elemento subjetivo específico.....	74
1.2 Condições materiais de punibilidade.....	77
1.3 Análise crítica – possibilidade de aplicação da responsabilidade objetiva às pessoas jurídicas.....	79

<b>Artigo 3º</b> .....	93
------------------------	----

1 Os regimes de responsabilidade na Lei nº 12.846/2013 – punição de pessoas naturais.....	93
2 (Des)necessidade de litisconsórcio.....	99
3 A ideia de culpabilidade do artigo 3º, §2º.....	99

<b>Artigo 4º</b> .....	102
------------------------	-----

1 Modificação societária.....	102
1.1 Empresas coligadas, controladas e consorciadas.....	107

<b>Artigo 5º</b> .....	111
------------------------	-----

1 Atos ilícitos – tipificação.....	113
1.1 A lesão tratada pelo artigo 5º <i>caput</i> .....	122

1.2 Vantagem indevida.....	123
1.3 Análise dos tipos em espécie.....	126
1.3.1 Corrupção ativa – artigo 5º, inciso I.....	126
1.3.2 Fornecimento de subsídios à prática de atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013 – artigo 5º, inciso II.....	129
1.3.3 Utilização de interposta pessoa para praticar os ilícitos – artigo 5º, inciso III.....	131
1.3.4 Ilícitos praticados em licitações e contratos – artigo 5º, inciso IV.....	132
1.3.4.1 Boas práticas podem evitar fraudes ou lesão ao patrimônio público no âmbito das licitações e contratos administrativos.....	141
1.3.5 Dificultar a atuação investigativa – artigo 5º, inciso V.....	143
2 Conclusão parcial: formação da <i>regra matriz dos tipos administrativos</i> .....	146
<b>Artigo 6º</b> .....	148
1 Penas administrativas.....	148
1.1 Pena de multa.....	152
1.1.1 Critérios de cálculo da pena de multa constantes no Decreto federal nº 8.240/2015.....	158
1.2 Publicação da decisão administrativa.....	165
<b>Artigo 7º</b> .....	167
1 Dosimetria das penas.....	167
2 Análise dos critérios específicos de dosimetria da pena.....	172
2.1 A figura do <i>compliance</i> .....	175
<b>Artigo 8º</b> .....	184
1 Procedimento administrativo.....	184
2 Competência para instaurar e julgar processo administrativo por irregularidades praticadas contra a administração pública nacional.....	186
2.1 Possibilidade de delegação de competência.....	193
<b>Artigo 9º</b> .....	198
1 Competência para instaurar e julgar processo administrativo por irregularidades praticadas contra a administração pública estrangeira.....	198
<b>Artigos 10 e 11</b> .....	200
1 Comissão processante – artigo 10.....	201
2 Medidas cautelares promovidas junto ao processo administrativo – artigo 10, §2º.....	206
3 Prazo do processo administrativo – artigo 10, §§3º e 4º.....	208
4 Rito do processo administrativo – sucessão de atos processuais.....	208
<b>Artigo 12</b> .....	214
1 Conclusão do processo e providências.....	214
<b>Artigo 13</b> .....	218
1 Execução das sanções.....	218
<b>Artigo 14</b> .....	222
1 Desconsideração da personalidade jurídica.....	222
<b>Artigo 15</b> .....	230
1 Representação ao Ministério Público.....	230

<b>Artigo 16</b> .....	232
1 Acordo de leniência.....	233
1.1 Resultados esperados – artigo 16, incisos I e II.....	238
1.2 Condições (cumulativas) – artigo 16, §§1º, 3º, 4º.....	238
1.3 Benefícios ao acusado – artigo 16, §2º.....	242
1.4 Descumprimento – artigo 16, §8º.....	244
<b>Artigo 17</b> .....	245
1 Extensão do acordo de leniência a certas situações previstas Lei nº 8.666/93.....	245
<b>Artigo 18</b> .....	249
1 Da responsabilização judicial.....	249
<b>Artigo 19</b> .....	250
1 Legitimados ativos da ação judicial – artigo 19, <i>caput</i> , primeira parte.....	251
2 Sanções aplicadas judicialmente – artigo 19, <i>caput</i> , segunda parte e incisos.....	253
2.1 Perdimento dos bens, direitos ou valores – artigo 19, inciso I.....	254
2.2 Suspensão ou interdição parcial das atividades da pessoa jurídica – artigo 19, inciso II.....	257
2.3 Dissolução compulsória da pessoa jurídica – artigo 19, inciso III.....	259
2.4 Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo Poder Público – artigo 19, inciso IV.....	264
3 Aplicação das sanções de forma isolada ou cumulativa – artigo 19, §3º.....	264
4 Medida cautelar de indisponibilidade de bens – artigo 19, §4º.....	266
<b>Artigo 20</b> .....	271
1 Atuação do Ministério Público.....	271
<b>Artigo 21</b> .....	273
1 Rito do processo judicial.....	273
2 Efeitos da sentença condenatória e liquidação – artigo 21, parágrafo único.....	276
<b>Artigo 22</b> .....	279
1 <i>Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP</i> .....	279
<b>Artigo 23</b> .....	282
1 Dever de todos em manter atualizado o <i>Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS</i> .....	282
<b>Artigo 24</b> .....	287
1 Destinação dos valores auferidos com as multas aplicadas.....	287
<b>Artigo 25</b> .....	288
1 Prescrição.....	289
<b>Artigo 26</b> .....	295
1 Representação das sociedades no procedimento administrativo.....	295
<b>Artigo 27</b> .....	301

1 Condescendência administrativa.....	301
<b>Artigo 28</b> .....	304
1 Âmbito de incidência da Lei nº 12.846/2013.....	304
1.1 Âmbito interno.....	304
1.2 Âmbito externo.....	305
1.3 Esquematização da aplicação da Lei nº 12.846/2013.....	307
<b>Artigo 29</b> .....	307
1 Competência concorrente e disjuntiva de outros órgãos na punição dos atos lesivos à ordem econômica.....	307
<b>Artigo 30</b> .....	309
1 Independência relativa de instâncias.....	309
2 Análise das disposições do artigo 30.....	312
<b>Artigo 31</b> .....	314
Conclusão .....	315
REFERÊNCIAS.....	317